



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Relatório da Participação da Assembleia da República na Reunião de Presidentes da COSAC

(Roma, Itália, 18 de julho de 2014)

- **Delegação:** Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD);
- **Apoio Técnico:** Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da AR junto da UE.

O programa da Reunião de Presidentes da COSAC¹, bem como a restante documentação², encontram-se anexos a este relatório.

- Sessão de Abertura da Conferência

O Presidente do Senado italiano, Pietro Grasso, deu as boas-vindas aos participantes, sublinhando a importância da COSAC na cooperação interparlamentar. Em seguida, referiu que os desafios demográficos e geopolíticos são determinantes para o futuro da UE e dos seus cidadãos, sublinhando ainda a ligação destes com a migração e a criminalidade organizada. Por outro lado, referiu-se à proposta de estabelecimento de uma procuradoria europeia (EPPO) e às duas visões que se opõem, afirmando que, na escolha entre soberania e resolução de problemas comuns, é necessário ser ponderado. Por fim, referiu que a COSAC é um fórum privilegiado para debates sobre temas de interesse comum, e que o seu mandato é promover troca de informação e boas práticas.

Em seguida, Vannino Chiti, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Senado italiano, usou da palavra para dar início aos trabalhos constantes da agenda. Referiu-se à importância da COSAC poder debater os temas mais prementes da atualidade europeia, pois o contexto atual exige uma participação ativa dos Parlamentos.

Referiu-se ao Pacto de Estabilidade e Crescimento e à Estratégia UE2020, bem como à importância central das questões que afetam o Mediterrâneo, afirmando que a emergência da imigração é uma questão que afeta todos

¹ O programa pode ser consultado em <http://www.cosac.eu/52-italy-2014/meeting-of-the-chairpersons-of-cosac-17-18-july-2014/b1-9%20Draft%20Programme%20of%20COSAC%20Chairpersons%20meeting.pdf>

² A restante documentação está disponível em <http://www.cosac.eu/52-italy-2014/meeting-of-the-chairpersons-of-cosac-17-18-july-2014/>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

os Estados-Membros. Como tal, notou que é necessária uma participação muito ativa da dimensão parlamentar da construção europeia, incluindo o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais. Neste contexto, reiterou que a COSAC tem um papel a desempenhar nesta fase de definição da UE, aludindo aos debates relativos à sua função e ao modelo de cooperação necessário para encontrar respostas aos desafios com que a COSAC se depara. Por fim, referiu os contributos feitos por vários Parlamentos neste contexto, remetendo a discussão sobre esta matéria para a reunião plenária da COSAC, em dezembro.

Michele Bordo, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Câmara dos Deputados italiana, interveio de seguida, assinalando que é necessário um novo começo na UE, pois os resultados das eleições europeias demonstraram que existe uma vontade de mudança por parte dos cidadãos. Neste âmbito, a COSAC é um fórum decisivo.

Sessão I. Adoção da agenda da Reunião de Presidentes da COSAC e questões de procedimento

O Presidente Vannino Chiti submeteu a agenda da reunião de Presidentes da COSAC à aprovação, tendo sido acolhida por consenso. Em seguida, apresentou os principais resultados da reunião da tróica presidencial da COSAC, realizada na véspera.

No que diz respeito à agenda da LII reunião da COSAC³ e ao sumário do relatório bianual⁴, ambos foram aprovados pela tróica, tendo a Presidência feito uma breve apresentação dos vários temas.

Iniciou-se um debate sobre a agenda, com uma intervenção do Presidente da CAE do Bundestag, G. Krichbaum, que se referiu à guerra e violência que se vive nas fronteiras da UE, transmitindo as condolências às famílias das vítimas do acidente com o voo MH307, que se despenhara em território ucraniano na véspera, em particular aos cidadãos dos Países Baixos. Como tal, sugeriu que seja incluído um ponto na agenda da COSAC plenária sobre a situação na Ucrânia.

V. Chiti respondeu que existe total flexibilidade quanto à agenda da COSAC e que os desenvolvimentos que se verificarem nos próximos meses serão refletidos no programa da COSAC de dezembro.

³ Disponível em <http://www.cosac.eu/52-italy-2014/meeting-of-the-chairpersons-of-cosac-17-18-july-2014/b1-9%20Draft%20Programme%20of%20the%20LII%20COSAC-ENG.pdf>

⁴ Pode ser consultado em <http://www.cosac.eu/52-italy-2014/meeting-of-the-chairpersons-of-cosac-17-18-july-2014/d1-9%20Outline%20of%20the%2022nd%20Bi-annual%20Report%20of%20COSAC.pdf>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

G. Krichbaum contrapôs ao considerar que não existe na agenda da LII COSAC qualquer referência ao Leste, do mesmo modo que se encontra previsto o debate sobre a dimensão mediterrânica. V. Chiti sublinha que já está agenda a dimensão parceria oriental.

A delegação lituana apoiou esta solicitação, propondo que haja uma sessão específica sobre a parceria oriental, especialmente após a queda do avião da Malaysian Airlines no dia 17 de julho, em espaço aéreo ucraniano.

Por outro lado, a delegação do Sejm polaco considerou que os debates devem ser separados, pois as anteriores experiências revelaram não ser eficaz debater ambas em simultâneo.

Averof Neofytou, Presidente da CNEAE de Chipre, expressou igualmente as condolências às famílias, sublinhando, porém, a importância de a COSAC se focar também na dimensão mediterrânica.

Simon Suttour, Presidente da CAE do Senado francês, considerou errada a abordagem que opõe os problemas leste e sul, pois trata-se de problemas da mesma natureza. Além disso, recordou que, durante a presidência lituana, havia apresentado uma proposta para incluir um debate sobre a dimensão sul na agenda da COSAC e que tal havia sido liminarmente rejeitado. Como tal, afirmou que a proposta italiana é equilibrada e deve ser mantida como está.

V. Chiti interveio para reiterar que o projeto de agenda da LII COSAC tem previsto um painel que contempla ambas as temáticas, intitulado: ***European integration prospects: Global role of the European Union and projection of its policies in the Mediterranean and Eastern Europe.***

No que diz respeito ao sumário do relatório bianual, apresentou os quatro temas a serem tratados:

1. *A Estratégia UE 2020;*
2. *O futuro da UE: instituições e Parlamentos;*
3. *O Mediterrâneo e o papel dos Parlamentos;*
4. *As agências da UE e os Parlamentos nacionais*

Este sumário foi aprovado por consenso, e o respetivo questionário será enviado no final do mês de julho, sendo o prazo para respostas o dia 15 de setembro.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Relativamente às cartas enviadas à Presidência, o Presidente da COSAC aludiu à iniciativa do Parlamento dos Países Baixos propondo um conjunto de questões a serem colocadas aos próximos comissários, no âmbito das audições a realizar no PE, após a respetiva indigitação.

O Presidente da CAE da Tweede Kamer neerlandesa usou da palavra para apresentar esta iniciativa, afirmando que o objetivo é que cada Parlamento nacional possa diligenciar, através de uma missiva similar, juntos dos deputados europeus de cada nacionalidade para que estes considerem colocar um conjunto de questões sobre o papel dos Parlamentos nacionais na UE durante as audições aos novos Comissários. Esta carta encontra-se anexa ao presente relatório.

O Vice-Presidente do PE, Antonio Tajani, usou da palavra para saudar esta iniciativa, sublinhando, porém, que os deputados ao PE devem ser inteiramente livres de colocar as questões que entenderem, pelo que esta diligência deve ser um apelo em forma de convite e não com caráter de obrigatoriedade.

O Presidente da CAE da AR, Deputado Paulo Mota Pinto, assinalou que esta iniciativa é importante, sugerindo, porém, que a referência final à proposta relativa à procuradoria europeia seja suprimida da carta, pois nem todos os Parlamentos nacionais suscitaram questões de subsidiariedade neste âmbito. As delegações grega e francesa apoiaram esta sugestão, e o Presidente da CAE da *Tweede Kamer* afirmou que esta será acolhida.

Em seguida, a Presidência italiana mencionou o projeto de carta promovido pelo Reino Unido, Dinamarca e mais alguns Parlamentos sobre os procedimentos na COSAC, anexa a este relatório, e que foi informalmente circulado a nível administrativo. A este respeito, a Presidência afirmou que, caso esta carta venha a ser enviada oficialmente, deverá ser igualmente transmitida ao PE, enquanto membro da tróica presidencial da COSAC. Por outro lado, referiu-se à nota preparada pelo Secretariado da COSAC sobre esta matéria em 2012, e que servirá de base a quaisquer debates sobre esta matéria. Por fim, foi assinalado que é uma prerrogativa de cada Presidência determinar o programa da COSAC e respetivos oradores.

Sessão II. As Prioridades da presidência italiana do Conselho da UE

O primeiro orador neste painel foi Sandro Gozi, sub-secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros italiana responsável pelos assuntos europeus, que começou por citar Heraclito ao dizer que *"Nada é mais permanente do que a mudança"*. Como tal, afirmou que a Europa precisa de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

mudança, de superar o paradigma atual de perceção de diferenças norte vs. sul, credores vs. devedores, pois isto tem sido exagerado e leva a uma perda de confiança mútua.

Referiu-se ao jantar informal do Conselho Europeu havido no dia 16 de julho, lamentando que a preparação não tenha sido feita de modo a obter um acordo, que ficou adiado para 30 de agosto.

Por outro lado, assinalou que o discurso e o programa apresentados pelo Presidente indigitado da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, ao PE coincidem com algumas das prioridades da Presidência italiana, pois este semestre é a primeira etapa num processo de mudança.

No que diz respeito a áreas de ação concretas, mencionou que a noção de flexibilidade na aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento significa precisamente o cumprimento das suas regras, mas de todas as regras. Além disso, e de modo a que a Europa volte a ser sinónimo de esperança e prosperidade, referiu-se ao desemprego jovem com a maior tragédia que a UE enfrenta, de momento.

Por fim, revelou acreditar no papel dos Parlamentos e no reforço da dimensão parlamentar, pois é necessário aprofundar o controlo democrático e sair da "Europa da tróica e dos sherpas".

O orador seguinte foi Maroš ŠEFČOVIČ, Vice-Presidente da Comissão Europeia responsável pelas relações interinstitucionais e administração, cujo discurso se anexa a este relatório.

Destacam-se os seguintes pontos da sua intervenção: é essencial reforçar a agenda digital; a indústria é um vetor fundamental do crescimento e tem de ser dinamizado, com o objetivo de que volte a ser 20% do PIB da UE; o acordo transatlântico de comércio e de investimento (TTIP) é uma prioridade; as migrações são um desafio que dizem respeito a toda a UE.

Seguiu-se um período de debate.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Sessão III. Os fundos estruturais e de investimento no período 2014-2020

Esta sessão teve como primeiro interveniente o sub-secretário de Estado italiano responsável pela política de coesão e desporto, Graziano DELRIO, que começou por se referir ao apoio que a Itália sempre havia dado à política de coesão enquanto pilar da integração europeia. Aludiu, em seguida, ao bom registo na aplicação dos fundos que este Estado-Membro sempre teve, assinalando que o próximo período de programação financeira deverá ser caracterizado por esta eficiência. Afirmou, neste contexto, que tal seria decisivo para superar as dificuldades do período 2007-2013, excessivamente marcado pela crise e suas consequências.

Por outro lado, DELRIO referiu ainda que é necessário assegurar a coerência entre a consolidação orçamental e o investimento público que estimule o crescimento económico, salientando a importância de todos os Estados-Membros implementarem os pré-requisitos de gestão previstos no regulamento da política regional, no quadro da governação económica e da condicionalidade macro-económica.

O Comissário europeu responsável pela política regional, Johannes Hahn, foi o segundo orador deste painel, tendo começado por mencionar que a política de coesão tem sido uma ferramenta-chave para mitigar o impacto da crise, prevenindo um colapso nos países mais afetados. No que diz respeito ao novo período de programação, assinalou que esta política havia sido objeto de uma profunda reforma, fortalecendo a ligação com a Estratégia UE2020, com a governação económica da UE, designadamente no âmbito do semestre europeu e das recomendações específicas por país. Como tal, concluiu que a política de coesão é, atualmente, mais estratégica, focada e orientada para resultados do que antes.

Por outro lado, enfatizou ainda a importância da condicionalidade *ex-ante*, pois esta visa assegurar que as necessárias estruturas estratégica, legal e institucional estejam em vigor para uma eficiente e eficaz alocação dos fundos.

No que diz respeito às prioridades, identificou uma das concentrações temáticas em concreto: a investigação e a inovação, designadamente o programa Horizonte 2020, encorajando os Estados-Membros a considerar esta dimensão como parte do respetivo plano de desenvolvimento económico.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Destacou ainda a atenção dada à coordenação entre os vários fundos.

Por fim, referiu-se ao intenso trabalho desenvolvido entre a Comissão Europeia e os Estados-Membros para debater e finalizar os diversos Acordos de Parceria, pois considera que o sucesso dos investimentos nos próximos quatro anos depende das opções corretas que sejam tomadas agora.

Porém, assinalou que não se deve sacrificar a qualidade em prol da velocidade, referindo que já haviam sido adotados nove Acordos de Parceria até agora (n.d.r. Alemanha, Dinamarca, Polónia, República Helénica, Lituânia, Letónia, Estónia, Eslováquia e Chipre).⁵

Assembleia da República, 22 de julho de 2014

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus,

(Paulo Mota Pinto)

Anexos:

- Projeto de carta da Tweede Kamer dos Países Baixos sobre as audições aos próximos Comissários;
- Projeto de carta de algumas delegações sobre os procedimentos na COSAC;
- Discurso de Maroš ŠEFČOVIČ, Vice-Presidente da Comissão Europeia responsável pelas relações interinstitucionais e administração.

⁵ O ponto de situação da negociação dos Acordos de Parceria poder ser consultado em http://ec.europa.eu/regional_policy/newsroom/detail.cfm?LAN=en&id=1506&lang=en



Tweede Kamer

DER STATEN-GENERAAL

To Mr Vannino CHITI
Chairman of the standing committee on EU policies
Senato della Repubblica

Mr Michele BORDO
Chairman of the standing committee on EU policies
Camera dei Deputati

Date 10 July 2014
Subject COSAC Chairpersons Meeting on 17-18 July 2014, Rome

Dear Mr Chiti and Mr Bordo,

First of all I would like to congratulate you with the start of the Italian Presidency of the EU. I am convinced that the parliamentary dimension of the Presidency is in good hands with you.

The European Affairs Committee of the House of Representatives of the Netherlands (EAC) is pleased with your invitation for the COSAC Chairpersons meeting on 17-18 July 2014 in Rome.

With regard to the meeting, the EAC has discussed, on the basis of the draft COSAC-agenda, its position to be represented by Mr Rene Leegte, vice-chairman of the EAC. Regarding the proposed agenda item *the Priorities of the Italian Presidency and prospects for the European Union after the European elections* I already would like to share with you the position of the House of Representatives through this letter.

The delegation of the Dutch House of Representatives calls upon all national parliaments of the EU Member States to deliver a (common) message to the members of the European Parliament elected in their respective Member State. This message is to request these Members of the European Parliament to ask the Commissioners-designate the following questions during their hearings:

- **What is your opinion of the strengthened role of national parliaments since the Treaty of Lisbon? And how do you, in your foreseen role as a Commissioner, plan to contribute to further strengthen the role of national parliaments in the European legislative process?**
- **Do you foresee an active engagement with National Parliaments and how will this engagement look like?**
- **How do you intend to deal with the situation when a so-called yellow card is drawn by national parliaments? How do you intent to shape and develop the dialogue with the national parliaments about draft legislative acts, in order to avoid apparent ignorance towards the arguments of the national parliaments as perceived by them in the case of the European Public Prosecutor's Office?**



date 10 July 2014
re. COSAC Chairpersons Meeting on 17-18 July 2014, Rome

Chairmen, herewith I convey these suggestions to you and to the COSAC Secretariat with the aim to distribute this letter to the other delegations before the meeting. Of course the Dutch delegation of the House of Representatives will request the floor during the session to explain its position and is looking forward to the exchange of views and fruitful debate regarding amongst others the suggestions in this letter.

With the highest esteem,

Raymond Knops

Chair of the standing committee on European affairs
Tweede Kamer of the States-General

DRAFT LETTER 11 July 2014

Mr Ioannis Tragakis
Deputy Speaker of the Hellenic Parliament
Chairman of the European Affairs Committee

Senator Vannino Chiti
Chairman of the Committee on EU policies
Senato della Repubblica

Mr Michele Bordo
Chairman of the European Union Policy Committee
Camera dei Deputati

Ms Zanda Kalniņa-Lukaševica
Chairwoman of the European Affairs Committee
Latvian Saeima

COSAC

We are writing to you as Chairs of the troika presidencies, following the LI COSAC in June. Mr Tragakis, we thank you again for your hospitality and for hosting what was in general a highly successful meeting.

We fully subscribe to the idea that COSAC is an organisation which works best when delegations seek consensus. However, for that consensus to be generated there must be transparency, clarity and equity between delegations. It is clear from the discussions at the chairpersons' meeting at the LI COSAC that the way the consideration of the contribution and conclusions has developed in an ad hoc way over time is now causing confusion. The time may now be opportune, therefore, to review current practice.

We set out our comments and ideas below for the consideration in particular of the new Italian Presidency.

Content of the contribution and conclusions

We agree with the views expressed in the chairpersons' meeting that the contribution and conclusions should concentrate on reflecting the themes which will be, or have been, discussed at that plenary session and the side sessions during the COSAC. In this respect there should also be an aim that

they will become shorter over time, a development which may also reduce the number of amendments. In general we believe that we should use the full flexibility of the rules and should aim to achieve “broad consensus” on the contribution and if necessary put the matter to a vote (rule 7.5) while at the same time allowing the contribution to “embrace the observations and remarks by all delegations” (rule 7.4). We recognise, of course, that the contribution is non-binding and this should be emphasised more, perhaps.

The “troika text” concept

As the COSAC note on “Voting on contributions at COSAC” states, the Presidency “may incorporate non-controversial amendments” before the meeting and then issue a revised contribution. In our view, while the troika should be able to *recommend* that amendments be adopted, it is not for the troika to *decide* this. All amendments tabled should be given equal weight and treatment. In practical terms, this means that there must be an opportunity for delegations to comment (and vote, if necessary) on all amendments, including those with which the troika agrees.

Order of amendments

To facilitate this, we believe it should be the practice that COSAC examines amendments in the order in which they appear in the text, not in the order of submission. This was successfully demonstrated at the plenary session in Athens and should also be the practice at the chairpersons’ meeting. Under this system, if several delegations have tabled amendments to the same paragraph they can be considered one after the other, and delegations also have an opportunity to raise any questions or disagreements with the amendments recommended by the troika.

Voting

In the interests of transparency we believe that where there is disagreement members should be able to call for a vote both in the chairpersons’ meeting and in plenary, though we expect delegations to use this sparingly, and agree that it should be at the discretion of the Chair.

Deadlines

We appreciate the work by the secretariat in processing amendments. It is clear that the Presidency team always works under a great deal of pressure to ensure that delegations receive copies of the amendments to review in due time, and we are grateful for this. Our proposals, we recognise, could create additional work on the first day to re-order the amendments. An earlier

deadline at the meeting (for example 10.00am on the first day, rather than noon) might be required. Additionally it could be considered to establish a minimum period of time (for example 2 hours) between the distribution of the amendments and the discussion of the text in the chairpersons' meeting.

Programme of speakers

Ensuring that there is a range of speakers, with sufficient weight given to representatives from national parliaments, must be a key priority for the troika over the next few months. We have heard some complaints that over the past few years speakers from the European Parliament and Commission have become prominent in COSAC's agenda. While we welcome contributions from our colleagues from the European Parliament COSAC must retain its primary role as a forum for dialogue and discussion between national parliamentarians, and its agenda and the choice of key note speakers should reflect this. It should be designed to ensure that national parliamentarians have time to engage in proper debate—it is surely not reasonable to expect a parliamentarian to travel thousands of kilometres in order to make a one-minute contribution, when no time-limit is placed on set-piece speeches from the podium. Nor should it be always the case that a representative of the European Parliament gives the key-note speech, and we would welcome an initiative in which the COSAC secretariat could invite national delegations to propose platform speakers from their parliaments on specific topics. The agenda should also give greater opportunity for break-out sessions, in which national parliamentarians can engage in less formal and possibly more fruitful exchanges of ideas and best practice.

Video messages

While on occasion video-conferencing may be necessary in order for COSAC delegations to question speakers who cannot attend in person, we do not believe that playing pre-recorded messages is a valuable use of time in plenary and therefore suggest that such texts may be distributed in writing.

Officials meeting

The meetings of officials held in Copenhagen and Dublin were regarded by those who attended as a useful forum for the exchange of ideas. We propose that the Italian Presidency consider organising such a meeting in Rome at the end of November.

Conclusion and next steps

Looking forward to that meeting, Mr Chiti, Mr Bordo, we look forward to pursuing these ideas both informally at the chairpersons' meeting and at the LII COSAC in Rome.

Best regards,

Eva Kjer HANSEN,
Chair of the European Affairs Committee of the Danish Parliament

Gunther KRICHBAUM
Chairman of the Committee on the Affairs of the European Union of the Bundestag

Dominic HANNIGAN
Chairman of the joint Committee on European Union Affairs of the Irish Oireachtas

Raymond KNOPS
Chair of the standing committee on European Affairs of the Netherlands House of Representatives

Allan WIDMAN
Chair of the Committee on European Union Affairs of the Swedish Parliament

Sir William CASH
Chairman of the UK House of Commons European Scrutiny Committee

Lord BOSWELL
Chair of the EU Select Committee of the UK House of Lords

[.....]

[.....]



EUROPEAN COMMISSION

[CHECK AGAINST DELIVERY]

**Maroš Šefčovič,
Vice-President for inter-institutional affairs and administration**

"What next for the EU?"

Meeting of the Chairpersons of COSAC,
Rome, 18 July 2014

Speech by Maroš Šefčovič, Commission Vice-President for interinstitutional relations and administration

Presidente del Senato, Signor Ministro, Onorevoli, Senatori e Deputati,

Ladies and gentlemen,

Buongiorno a tutti!

Sono lieto di essere a Roma e di partecipare a questa importante riunione.

When I was first asked to talk to you today about the prospects for the EU over the next five years, with a new Commission, a new Parliament and a new balance of power and influence within the institutions in general, I was understandably a little cautious.

But I think it is safe to say that, following the European Council's adoption of a strategic agenda for the Union, the discussions in the European Parliament in the run-up to the appointment of the future President of the Commission, and Jean-Claude Juncker's unequivocal statement before the European Parliament on Tuesday in Strasbourg, we already have a quite a clear hint of the direction the EU will take over the next five years;

For me there is one clear message that has emerged from the elections: that European citizens will not be satisfied with 'business as usual'.

And I think this message has already made its mark very clearly in the way the future President of the European Commission has been chosen.

The slogan used by the Parliament during the election campaign was 'This time it's different', and I believe that so far it has been very different.

The '*Spitzenkandidaten*' process and the broader debate over who should be the next President of the Commission has ensured that the appointment reflects the outcome of the elections as well as the majority view of the Heads of State and Government.

And by setting their own strategic priorities for the very first time, those same EU leaders have shown that they too are determined to listen to the concerns of citizens, focusing their efforts on the issues that really matter.

This will also clearly be the direction taken by the next Commission.

Mr Juncker made it quite clear in his speech before the Parliament on Tuesday: he wants the next Commission to be "political, extremely political".

And he wants "to work for a Union that is committed to democracy and reform; that is not meddlesome but works for its citizens rather than against them; a Union that delivers."

The President-elect has set out 10 core areas in which he wants the Union to deliver.

These are policy areas that are already the focus of much of the work of the current Commission, but the President-elect intends to place greater emphasis on achieving "concrete results" in these ten areas, building on President Barros's call for the Commission to be "bigger and more ambitious on big things and smaller and more modest on small things"

Chief among the 'big things' is the call for a new boost for jobs, growth and investment.

To quote from Mr Juncker's speech before Parliament, his "number one priority and the connecting thread running through each and every proposal will be getting Europe growing again and getting people back to work". To do this, he intends to mobilise a €300bn growth and investment package.

This will clearly give us a head start in tackling issues such as unemployment and stimulating growth, allowing us to respond rapidly and effectively to what is clearly still the number one preoccupation of European citizens.

Stimulating growth and making sure that the EU is better equipped to face the challenges of the future is also at the heart of the focus on completing the digital single market.

Let's not forget that this key area of the European economy is still very much in its infancy, but like any infant it has grown beyond all recognition since the first 'digital' Commissioner was appointed five years ago.

Completing the digital single market, building on Neelie Kroes' sterling work, could add €250bn to the EU economy over the next five years, and the future President has already made it clear that this will be one of his first priorities.

Europe can gain so much from maximising the potential of new technologies, and this is not only true for the digital market but also for the energy sector.

The creation of a new European Energy Union - which is also on the top 10 list - would enable the EU to pool its resources and infrastructure and diversify its energy sources, and allow the EU to better face the climate challenge in the years ahead.

The focus should also be on the reindustrialisation of Europe, so that it can maintain its global leadership in strategic sectors with high-value jobs.

Making more and importing less should not only boost the EU's economic performance, it will also help with our carbon footprint, and stimulate employment and innovation to boot.

This is not to forget that Europe is also the biggest trading bloc, of course, and completion of the free-trade agreement with the US will be another priority area for the future Commission.

This deal cannot and will not be concluded at any price; the economic gains it might bring should not outweigh the environmental, social and health standards from which we all benefit in Europe.

In particular, the President-elect has highlighted the areas of fairness, such as assessing more effectively the social cost of reforms, and of accountability, underlining the importance of increased parliamentary control.

Better managing migration and ensuring greater solidarity between Member States is also one of the top priorities. The burden shouldn't just rest on the shoulders of a few Member States such as Italy.

We must work on legal migration but tackle with force illegal migration and the criminal gangs that stand behind.

Ladies and Gentlemen

This programme is about results, about working together, about returning to our shared goals and aspirations.

I've already highlighted a couple of priority areas where there is a clear desire to increase democratic oversight and accountability.

And I am sure that you will have welcomed Mr Juncker's specific comments on national parliaments, and the need to enforce the principle of subsidiarity.

I am sure you will also be happy to hear that Mr Juncker wants to build on the work of his predecessor in making Europe less bureaucratic and cutting red tape.

We've made considerable progress in this area in recent years, through repealing outdated laws, scrapping proposals that have little or no chance of success and introducing new ones aimed at streamlining administrative and other procedures.

This is something I know is a concern to many national parliaments, but it's important to remember that this is not a one-way street.

Sometimes, one EU law means we can do away with 28 different and often contradictory national ones; in the case of the EU railways package currently under discussion, one set of European rules would replace 11,000 different national technical and safety rules across the Member States, for example!

A new EU law in this case clearly reduces red tape rather than adding to it, showing the clear added-value of Europe.

Unfortunately, red tape often gets added-on in the transposition process. It is estimated that one-third of administrative burden linked to EU legislation stems from national implementing measures. That's why national parliaments also have an important role to play in this regard – we have to be consistent in our approach, combining the flexibility to adapt rules to our national situation at the same time as ensuring that their goals are not hampered by 'gold-plating' them.

This is a clear way for national parliaments to show that they are implicated and involved in the European decision-making process, that they are doing their job of representing the citizens of their country at the European and national levels.

The biggest victory would be if we could stop the perception of 'us' and 'Europe' as being two separate, contradictory and antagonistic entities.

National leaders are at the same time European Leaders. National and European responsibilities have merged over the years; national Leaders should reflect this not only in Brussels but back at home as well.

National parliaments also have a crucial role to play in this process, and increasing their role in the European decision making process is, as we have discussed, an important way of trying to bridge this gap and to build together ownership of the EU project.

Ladies and gentlemen

We have a vision for where we need to progress over the next five years – but let us not forget that despite the crisis we have also achieved a great deal over the last five – not least in our shared relationship.

I think it's safe to say we have come a long way since 2010.

We've seen an exponential increase in our political dialogue, with over 600 opinions from national parliaments just last year. We've seen the first yellow cards from national parliaments and the expansion of the political dialogue process that has enabled us to work more effectively together.

We've seen the launch of the European Citizens' Initiative and its first successful impact on the EU legislative.

We've seen also the development of a sophisticated and comprehensive system of impact assessments and public consultations ahead of Commission legislative proposals.

And I hope that national parliaments will contribute more over the next five years to this crucial pre-legislative phase, because it is a key part of better law-making – allowing the Commission to see where each Member State's national interests might be best served – or most hindered – by its future proposals, and enabling it to act accordingly before they are fully on the table.

If we can progress as far in our shared relationship in the next five years as we have in the last five, then I firmly believe it will be to the benefit of everyone – to us as institutions and law-makers, and to citizens as the benefactors of the improved laws we can make together.

There is a clear desire for change from citizens.

These are the challenges that I think will define the next five years, but ones which I am convinced the EU, with all its constituent parts working together, will rise to with success.

Thank you for your attention. Grazie!